



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GABINETE**

**Nilson Tavares Cerqueira**  
**Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Povo**

**MENSAGEM 2025**

Em cumprimento aos princípios legais, em atendimento aos ditames da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, alterada pela lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e em observância aos dispositivos da Lei Orgânica do Município.

Submetemos à apreciação desse Legislativo a proposta de Plano Plurianual (PPA) para o Município de São José do Povo(MT), para o período de 2026 a 2029, estabelecendo diretrizes para uma gestão democrática do planejamento e da aplicação dos recursos financeiros do Município, o PPA define os objetivos estratégicos e as metas a serem atingidas pela Administração Municipal, no cumprimento das ações e programas previstos em seu Plano de Governo, com uma visão integral e sistêmica do desenvolvimento.

O Plano Plurianual não é, portanto, apenas o cumprimento de um requisito legal, mas também, o instrumento através do qual se compatibiliza a estratégia do governo local, seus recursos com as oportunidades e investimentos possíveis na integração com o planejamento nas esferas estadual e federal de governo, em benefício do conjunto da população.

O desenvolvimento do Município é o objetivo final do conjunto de ações governamentais, desenvolvimento esse entendido em sua plenitude, com políticas públicas integradas, onde o planejamento, a racionalidade, a modernização administrativa e os ganhos de eficiência concorrem para otimizar os resultados.

Diante do exposto, submetemos a matéria à apreciação e deliberação do Poder Legislativo, convictos do apoio para aprovação pretendida.

Reiterando protesto de estima, consideração e apreço, extensivo a seus pares subscreve mui.

São José do Povo - MT, 29 de agosto de 2025.

**Ivanildo Vilela da Silva**  
Prefeito Municipal



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GABINETE**

**PROJETO DE LEI 2025 DE 29 DE AGOSTO DE 2025**

**Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2026/2029 do Município de São José do Povo-MT e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO ESTADO DE MATO GROSSO**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município de São José do Povo para o período de 2026 a 2029, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 165, §. 1º, da Constituição Federal.

**Art. 2º** O Plano Plurianual do Município de São José do Povo para o período de 2026 a 2029 será executado conforme as leis de diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais de cada exercício, sendo:

I - Diretrizes e objetivos gerais:

- a) Promover a garantia de direitos e o fortalecimento da cidadania, assegurando o acesso a políticas públicas voltadas ao bem estar da população.
- b) aprimorar os serviços públicos de saúde, com foco na atenção básica e na prevenção de doenças, integrando ações educativas, estruturais e comunitárias.
- c) assegurar uma educação pública de qualidade, inclusiva e inovadora, que promova o desenvolvimento integral de crianças e jovens, com foco na valorização da aprendizagem e na melhoria da infraestrutura escolar.
- d) promover o desenvolvimento urbano por meio da cultura, do esporte e do lazer, reconhecendo essas áreas como fundamentais para a inclusão social, a formação cidadã e a melhoria da qualidade de vida.
- e) estimular o desenvolvimento econômico local de forma sustentável, apoiando iniciativas que promovam a geração de trabalho e renda, o fortalecimento da economia local e a valorização dos setores produtivos.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GABINETE**

- f) incentivar a sustentabilidade e a preservação ambiental, por meio da gestão eficiente dos resíduos, da proteção de áreas verdes e da educação ambiental.
- g) desenvolver e modernizar a infraestrutura urbana e os sistemas de mobilidade, promovendo acessibilidade, segurança, organização territorial e qualidade nos serviços urbanos.
- h) planejar o crescimento urbano de forma equilibrada e ordenada, oferecendo condições adequadas para o desenvolvimento sustentável do Município.
- i) fortalecer as políticas de assistência e desenvolvimento social, assegurando proteção, inclusão e apoio às famílias, à infância, à juventude, às mulheres às pessoas idosas e às populações em situação de vulnerabilidade.
- j) aprimorar a gestão pública, promovendo a eficiência administrativa, a transparência, a modernização dos processos e a participação social.
- k) valorizar os profissionais do serviço público, promovendo sua formação continuada, o bem-estar no trabalho e o reconhecimento de seu papel estratégico na oferta de serviços de qualidade à população.
- l) ampliar a capacidade de investimento do Município, por meio da captação de recursos externos, parcerias institucionais e fortalecimento da cooperação intergovernamental.

II – as metas estabelecidas no Anexo II desta Lei.

III – as projeções das receitas para os exercícios de 2026 a 2029, demonstradas no Anexo I desta Lei.

IV – os programas de governo – relatório diagnóstico, plano de metas governamentais – objetivos e indicadores no Anexo III desta Lei.

Parágrafo único – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adequar a classificação funcional programática das ações conforme normas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e as necessidades de execução.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GABINETE**

**Art. 3º** As ações dos programas serão correlacionadas aos projetos, atividades e operações especiais inclusos nas leis orçamentárias de cada exercício que compreende o Plano Plurianual:

I - Com base nos projetos, atividades e operações especiais dos orçamentos anuais será realizada a avaliação financeira das ações do PPA, nos termos definidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

II - Para proceder à avaliação física das ações do PPA poderão ser utilizados instrumentos de trabalho como relatórios estatísticos, relatórios de execução de obras, entre outros.

III- Para que as ações possam ser correlacionadas com os programas de trabalho da lei orçamentária, fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a:

- a) adequar a projeção das receitas constantes no Anexo I desta Lei, por ocasião do envio à Câmara dos projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento-Programa, nos exercícios a que se referirem.
- b) incluir e adequar as metas dos indicadores dos programas e seus respectivos índices, as metas das ações, conforme a elaboração e execução dos orçamentos anuais.
- c) incluir, excluir ou alterar as iniciativas gerenciais, limitadas às disponibilidades orçamentárias e financeiras.
- d) adequar o relatório diagnóstico, plano de metas governamentais – objetivos e indicadores conforme a realização de receitas, convênios e metas para o período.

IV - Os valores das ações e das metas contidas no Anexo II e da projeção das receitas contidas no Anexo I, passam a vigorar conforme as adequações e inclusões procedidas nos termos das alíneas do inciso III.

**Art. 4º** A avaliação e monitoramento do PPA 2026 a 2029 consiste na análise das políticas públicas e dos Programas e verificação do alcance das metas prioritárias do governo, fornecendo informações para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

Parágrafo único – A avaliação anual do PPA 2026 a 2029 será realizada por cada órgão responsável pelos seus respectivos Programas.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GABINETE**

**Art. 5º** A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro compreenderá essencialmente:

- I – as prioridades da administração pública municipal.
- II – a estrutura e organização dos orçamentos.
- III – as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município.
- IV – as diretrizes gerais para a execução dos orçamentos.
- V – as disposições sobre as alterações na legislação tributária.
- VI – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal, encargos sociais e serviços com terceiros.
- VII – o anexo de metas fiscais.
- VIII – o anexo de riscos fiscais.
- IX – as disposições gerais.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Povo-MT, 29 de agosto de 2025.

**Ivanildo Vilela da Silva**  
Prefeito Municipal